



Quando uma ideia nos toma o mundo: reflexões sobre juventude, raça e trabalho no Brasil pandêmico

Miguel de Sousa Lacerda Neto

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4211-0163>

Sergio Dias Guimarães Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5522-6646>

Bruno Alves de França

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5917-621X>

Introdução

As reflexões sobre as expectativas laborais das juventudes¹ negras no Brasil se formam como um campo de disputa de narrativas quando tomamos as diferentes concepções sobre trabalho e juventudes e do modo como elas se organizam e se articulam. Da disputa emergem questões que dependem de quais ideias se buscam tomar como verdade, como padrão universal, e qual projeto de sociedade é defendido e se busca promover. Neste sentido, o presente artigo visa refletir sobre o entrelaçamento entre as juventudes negras e o campo do trabalho a partir das perspectivas críticas que interrogam os efeitos da colonialidade e a conjuntura neoliberal, a partir das experiências de atuação protagonizadas por jovens negras e negros moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro, Brasil.

A perspectiva decolonial assumida na primeira seção deste texto busca evidenciar as narrativas construídas enquanto projeto de humanidade que compreende a ideia de raça como fundadora de uma nova compreensão do mundo, dos sujeitos, das sociedades e do trabalho. Na segunda seção, através de análise bibliográfica, debatemos os efeitos da colonialidade do poder expressa na lógica do capital neoliberal, manifestada de forma particular pelos processos de precarização estrutural do trabalho, particularmente no que se refere às juventudes negras. Por fim, a última seção expõe a experiências de dois projetos executados pela Organização Não Governamental (ONG): Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) junto às juventudes faveladas, periféricas e majoritariamente negras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As reflexões construídas a partir dos projetos possibilitam trazer à tona o debate sobre a realidade das juventudes a partir de suas próprias elaborações. Para tal, faremos usos de relatórios e outros materiais disponibilizados pela FASE RJ, assim como partiremos das nossas experiências na realização direta das ações relacionadas aos projetos.

Uma ideia e seus mundos: raça e colonialidade

De início perspectivamos aqui uma ideia e os mundos que a partir dela são construídos, admitindo que toda forma de vida e produção de subjetividades – as formas de pensar, sentir, agir e falar – passam a ser atravessadas por essa construção de sociedade, ou seja, um imaginário que cria realidade. Assim, a ideia de um mundo racializado acaba por ganhar existência real, ou seja, estatuto de verdade. É isto que está no bojo da ideia que funda o colonialismo: o racismo. O sistema colonial – que parte da “premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível” (KRENAK, 2020, p. 13) – realiza a secção e a hierarquização da humanidade feitas pelo branco europeu, a partir das dessemelhanças do outro com aquilo que ele entendia como sendo (s)eu. A branquitude, ou seja, todo o sistema de simbolização do mundo construído pelo sujeito branco, que cria práticas e discursos no intuito do exercício do poder, inscreve na realidade a sua perspectiva advinda do horror desse sujeito com a diferença – essa realidade construída é o mundo moderno. Desse modo, o racismo não é uma expressão da conjuntura, distorção ou exceção encontrada na realidade social, é fundante, ou estrutural, como proposto por Almeida (2020). Portanto, é fundamental a compreensão de que a ideia de raça cria mundos e modos variados de existir em que as práticas, discursos e processos de subjetivação criados

1 Juventudes, no plural, é uma palavra que marca as múltiplas possibilidades do entendimento acerca da juventude nos diversos territórios e culturas. Os marcadores sociais, como raça, classe e gênero, também corroboram para definir contornos que marcam a experiência dos sujeitos em relação à juventude, ainda que no interior das mesmas lógicas e marcações sociais.

no colonialismo conseguem superar seu espaço-tempo histórico e habitar os interstícios da realidade produzida, o que a perspectiva decolonial de autores do Sul do mundo, como Quijano (1988), vai nomear como colonialidade. Assim, se o colonialismo é o processo político, militar e econômico de um Povo, Estado ou Nação que visa a subordinação de um outro, a colonialidade refere-se aos processos sociais, econômicos, políticos, territoriais, epistêmicos, culturais e psíquicos que emergiram na realidade após a experiência do colonialismo. Deste modo, a colonialidade aponta para uma matriz de poder que ultrapassa a própria construção histórica do colonialismo e atua sobre três eixos: nas formas do poder, nas construções e legitimidade dos saberes e nas produções de subjetividade (QUIJANO, 1988).

Como efeito, esse sistema se articula com outras formas de dominação – como as baseadas em classe e gênero – e produz uma matriz propícia para o desenvolvimento do capitalismo. Especialmente no que tange à constituição histórica da América Latina, foram implementadas formas de dominação colonial de base eurocentradas que, na esfera trabalhista, ganharam a roupagem do que Quijano (2005) chama de uma divisão racial do trabalho, em que populações específicas passaram a ocupar lugares sociais determinados. Assim, ao desconsiderar suas condições históricas de existência, toma-se como “natural” a presença de populações negras e indígenas em ocupações e funções mais precarizadas. Essas formas de distribuição e divisão do trabalho ganham outros contornos com o desenrolar da história do capitalismo e suas manifestações podem ser observadas na atualidade dos contextos trabalhistas.

Então, pensar as expectativas laborais das juventudes não brancas² acaba indo ao encontro de um fatalismo das perspectivas que são abertas a corpos e subjetividades no capitalismo que advém de um mundo racializado. A meritocracia se configura como uma promessa, recortada de seu contexto colonial e apresentada como solução para um mundo do trabalho em uma leitura do sistema de classe não racializada ou na construção do sujeito neoliberal e seu imperativo do individual. Todavia, não podemos deixar de compreender a função de um dos maiores reguladores de corpos e subjetividades da modernidade: o Estado. O entendimento deste no processo de colonização se faz importante não somente por ser ele fundado pelas premissas modernas, mas também porque parece ser sua função a articulação da ideia de raça na confecção de mundos racializados. Mills (1997) aponta como o Estado moderno é um dispositivo de manutenção do sistema racial. Para o autor, o *contrato social* é um acordo realizado pelo Estado e a branquitude. Esta última, como única signatária, tem o Estado como fiador que garante seu privilégio, assegurando o sistema racializado. Deste modo, a ideia de um Estado desenhado pelos filósofos contratualistas na figura de um leviatã que assegura a humanidade em sua perspectiva social é uma falácia que, segundo o filósofo, não expõe o contrato de dominação como seu objetivo (MILLS, 1997).

O *contrato de dominação* se torna manifesto quando examinamos a relação do Estado com corpos e subjetividades negras, evidenciada no conceito de necropolítica descrito por Mbembe (2016). Para o autor, essa é a forma de fazer política do Estado moderno, cuja ação é regulada por uma economia da morte. Assim, a atividade de extinção de sujeitos negros configura o axioma do Estado Moderno enquanto dispositivo colonial. Essa função assassina do Estado moderno fica evidente na observação dos dados sobre mortos por violência policial. Somente no estado do Rio de Janeiro, em 2020, foram 1.245 mortes por intervenção de agentes do Estado.

2 O presente artigo tem maior enfoque nas juventudes negras. No entanto, os efeitos do racismo e da colonialidade atuam em outras juventudes (como o caso das juventudes indígenas). Tal escolha foi feita por entendermos que juventudes negras e indígenas sofrem com a ação do colonialismo, mas com diferentes efeitos. Uma discussão que não as distingue poderia apagar as respectivas singularidades.

Em 2021 houve aumento de 9%, e nos cinco primeiros meses de 2022 as vítimas já totalizavam 550 (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), em que pese a limitação de operações policiais em favelas durante o período da pandemia definida por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 635, conhecida por *ADPF das favelas*.

Somado à violência de agentes do Estado temos, como efeito da colonialidade no contemporâneo, a criação da categoria de jovens “nem-nem”, jovens que não estão estudando e nem trabalhando. A categorização costuma apontar a ausência de políticas públicas como um problema central, assim como a alta taxa de evasão escolar e o aumento de empregos precarizados. Todavia, a categorização dos jovens “nem-nem” acaba corroborando para o pensamento de que não há outra forma de produção de si das juventudes que ocorram para além da instituição escolar clássica e o mercado de trabalho, aproximando o problema às soluções e imaginários neoliberais, como nas ideias de “empreendedor de si”, e não interrogando as instituições e políticas que seguem operando muitas vezes lógicas coloniais.

“A vida não pode parar”?

Neoliberalismo, trabalho colonizado e juventudes negras no Brasil

Em 2020, diante de forte e incerto recrudescimento do cenário pandêmico, o Ministério da Educação (MEC) divulgou um vídeo institucional para informar que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) daquele ano não seria adiado e que as inscrições para a realização das provas permaneceriam abertas. A campanha trazia como slogan a seguinte frase: “a vida não pode parar”³.

Diante dos múltiplos esforços mobilizados por diferentes setores sociais naquele período, da intensificação de desigualdades e assimetrias socioestruturais pela pandemia e da verdadeira corrida sanitária para contenção dos níveis de exposição e contaminação pelo novo coronavírus, tal afirmação é aqui considerada como importante mote reflexivo para se pensar, de forma mais amplificada, as relações entre neoliberalismo, trabalho e vida, particularmente no que se refere às juventudes negras no Brasil. Em meio a um cenário com tantas vidas perdidas, precarizadas, expostas, banalizadas, negadas e excluídas, o *slogan* em questão nos convoca à seguinte indagação ético-política: o que, de fato, não pode parar?

Um dos caminhos para se pensar tal questão é a consideração de que o colonialismo fundante do modo de produção capitalista, em sua vertente neoliberal, tem como premissa primeira à defesa da continuidade dos fluxos da economia/mercado – de reprodução e valorização constante do capital – em detrimento dos mecanismos de luta pela garantia da dignidade da vida e trabalho (ANTUNES, 2018; HARVEY, 2011). Paralelamente, em outro trecho do vídeo divulgado pelo MEC, um estudante afirma que é “preciso ir à luta, se reinventar, superar”. Aspectos característicos da atual morfologia do capitalismo financeiro que, personalizado na figura do *sujeito neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016a, 2016b), produz e reproduz simulacros de liberdade e autonomia cuja lógica meritocrática reforça a crença individual e coletiva nos ideais de “empreendedores de si”, “próprios patrões”, “donos do próprio barco”, numa dinâmica alicerçada pelo mascaramento de assimetrias sociais e outras formas de exclusão e negação de direitos que, no limite, representam sua base de sustentação – especialmente diante do agravamento das crises estruturais decorrentes da pandemia (GUIMARÃES JUNIOR; GONÇALVES; CARDOSO, 2021).

3 Para acesso ao vídeo completo, consultar o link disponível no seguinte endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=SysS3dWL-Hc>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

Nesse panorama, os contextos de trabalho representam palco privilegiado para a observação desses aspectos. A ampliação do fenômeno da precarização social do trabalho (DRUCK, 2013) forma um cenário de desabilitação de direitos e ameaça à saúde, proteção social, organização coletiva e às formas de trabalho digno e eticamente referenciadas, particularmente no Brasil, dadas as circunstâncias de sua historicidade colonialista, escravista e patriarcal que fundamenta sua estrutura societária (SCHWARCZ, 2019). Em paralelo, decisões político-jurídicas⁴ no cenário trabalhista brasileiro respaldam essa flexibilização generalizada e representam suas condições de possibilidade, manutenção e aperfeiçoamento, ainda de forma mais intensa com o advento da pandemia da Covid-19 (ANTUNES, 2020; DRUCK, 2021).

Almeida (2020) afirma que o caráter estrutural do racismo naturaliza a inserção de pessoas negras no mercado de trabalho com salários menores e condições mais precárias. Em consonância, Santos, Diogo e Shucman (2014) evidenciam a divisão racial e sexual do trabalho que cria “não lugares” destinados aos negros, mulheres, e, particularmente, às mulheres negras. Tais afirmações também encontram eco no recente estudo de Lacerda Neto et al. (2021) que, ao considerarem a relação racismo-trabalho-pandemia, evidenciam como o cenário de crise sanitária intensificou os efeitos nocivos à saúde da população negra no contexto trabalhista do Brasil.

Santos e Scopinho (2011) revelam como construções racistas promovem acordos sociais que fazem com que jovens negros sejam excluídos e destinados à margem das relações laborais. Assim, eles acabam ocupando posições com condições precárias e desiguais em relação à população branca. Prado, Silva e Silvestrini (2020) apontam como as juventudes vêm sofrendo efeitos dos mecanismos de dominação e opressão a partir das interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidades que, quando combinados, representam modos de controle do trabalho e potente mecanismo de manutenção e reprodução dos ciclos de exclusão e desigualdades sócio-históricas.

Na era do capitalismo financeiro tal dinâmica é atrelada a elementos outrora inexistentes que dividem espaço com tradicionais formas de exploração e injustiças historicamente presentes nos mundos do trabalho. Antunes (2018, 2020) afirma que, com o recrudescimento do neoliberalismo e seus alcances a níveis cultural e subjetivo, novos desafios são impostos à juventude que trabalha, seja pelos índices de desemprego e informalidade, seja pelo mito do “empreendedorismo” que, em sua acepção fundamental, muitas vezes é sinônimo de servidão, autoexploração, bem como condições de trabalho precárias e sem direitos garantidos.

Combinado aos ataques neoliberais das últimas décadas à coletividade, justiça social e ao bem comum (DARDOT; LAVAL, 2017), esse fenômeno vem ganhando destaque no cenário contemporâneo e suas manifestações e influências remodelam a própria experiência neoliberal, principalmente a nível da produção subjetiva. Trata-se de um cenário no qual o processo de desregulamentação e flexibilização dos mercados intensifica e reproduz cada vez mais os níveis de desigualdade social (BROWN, 2015, 2019).

Dados da recente pesquisa publicada em 2021 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos possibilitam analisar como as desigualdades relacionadas a sexo, raça e idade no mercado de trabalho foram impactadas pela atual pandemia (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021). O estudo revela que a crise sanitária impactou mais intensamente alguns grupos, como as mulheres e as pessoas negras. Com relação às juventudes, os dados revelam

4 Como exemplos, podemos citar os Projetos de Lei nº 13.429/2017 (que aprova a terceirização irrestrita no país), a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a extinção do Ministério do Trabalho em 2019.

uma redução das chances de inserção no mercado de trabalho: em 2015, a proporção de ocupados era de 64,7% para os mais jovens (14 a 29 anos) e 72% para os adultos (30 a 59 anos); já em 2020, esse quantitativo passou para 52,4% no caso dos jovens e 64,7% para o segundo grupo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021). A pandemia dificultou ainda mais as possibilidades de mudança deste cenário.

Em consonância com esses resultados, estudo do IBGE (2021) aponta que, entre os segmentos sociais analisados, a população negra representa a maior parte desempregada, em subocupações e com maiores níveis de desemprego entre jovens. Os dados mostram que, em relação às oportunidades e condições de trabalho, grupos específicos, como mulheres, pessoas pretas ou pardas, jovens e a população com menor nível de instrução, são os que apresentam indicadores mais desfavoráveis.

Como um ingrediente a mais nessa complexa receita, a pandemia intensificou as desigualdades e a precarização estrutural do trabalho no Brasil. Uma pesquisa realizada em 2021 pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) apresenta como se configuram as condições de trabalho e renda das juventudes no cenário pandêmico, assim como as possíveis alternativas diante das dificuldades impostas pela crise. O estudo revela que entre os jovens que não estavam trabalhando, 35% tiveram sua primeira atividade no mercado de trabalho durante a pandemia e, principalmente para aqueles entre 18 e 24 anos, a informalidade e o trabalho autônomo representaram as principais formas de inserção laboral. Os dados apontaram que 1 em cada 10 trabalhou por conta própria ou abriu seu negócio e 2 a cada 10 realizaram trabalhos pontuais sem carteira assinada. Observa-se, deste modo, a presença de jovens em atividades informais e no chamado “subemprego” que, durante a pandemia, teve aumento significativo e cuja dinâmica nos coloca diante de inúmeros desafios relacionados aos mecanismos de proteção social, organização, regulamentação e saúde das juventudes que trabalham. Assim, essas informações nos direcionam para a análise de um aspecto relevante na atualidade do cenário trabalhista brasileiro, especialmente quando se trata de questões relacionadas às juventudes negras: o fenômeno da uberização/plataformização do trabalho (ANTUNES, 2020). Este fenômeno, em suas especificidades e capilarização no campo social, tem sido o destino de parcela significativa de jovens a nível nacional, particularmente das chamadas juventudes periféricas.

Sobre esse ponto, as considerações de Abílio (2020a, 2020b) sobre o trabalho de entregadores de aplicativos (“bikeboys” e “motoboy”) revelam o modo como essas atividades possuem um caráter tipicamente juvenil, negro e periférico. Personificando a figura do “trabalhador *just in time*”, imerso num contexto de trabalho periférico, desprotegido socialmente e exposto a inúmeros riscos em suas atividades laborais, esse sujeito revela-se enquanto peça-chave nesse complexo quebra-cabeças no qual “quanto mais socialmente desprotegida e mais mal remunerada, mais juvenil e negra é a ocupação de entregador” (ABÍLIO, 2020a, p. 581).

Afirma-se, portanto, que a ideologia neoliberal que produz trabalhadores desprotegidos socialmente, envolvidos paradoxalmente em arcaicas e inéditas formas de exploração, e que se autogerenciam na cadência algorítmica das relações uberizadas, o fazem sob a égide da figura do *sujeito empreendedor*, responsável por toda sorte de custos, ganhos e riscos de suas atividades. Nesse mosaico, percebe-se que as relações passaram a ganhar novos contornos com o advento da pandemia e seus desdobramentos atingem diferentes dimensões, particularmente no tocante aos impactos no processo saúde-doença no trabalho (GUIMARÃES JUNIOR; GONÇALVES; CARDOSO, 2021; UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020).

Na observação desse cenário, pode-se afirmar, em contrapartida, que diferentes formas de dominação nos mundos do trabalho não estão desacompanhadas de movimentos de resistência que se colocam na contramão dos processos contínuos de perda de direitos e ameaças à saúde e à dignidade na arena laboral. Trazer visibilidade para esses movimentos e reafirmar sua potência transgressora na atualidade revela-se como uma necessidade ético-política. Mesmo na dinâmica da uberização, revelam-se potentes contrapontos às formas de exploração indiscriminada e controle exacerbado dos trabalhadores. Apesar da primazia das ofensivas e modos de dominação neoliberais, as formas de resistência e organização coletiva dos trabalhadores representam um fator de grande relevância para os movimentos de luta pela dignidade no trabalho. Uchôa-de-Oliveira (2020) aponta uma série de outros movimentos coletivos que vêm ganhando força em diferentes países desde 2015, entre eles, no contexto brasileiro, destacam-se paralisações de jovens motoristas e entregadores de aplicativos, greves, movimentos, associações e outras potentes ações de resistência política que se direcionam, em sua diversidade, para a luta e os esforços de afirmação da dignidade e garantia de direitos sociais no trabalho.

Considerações sobre raça, trabalho e pandemia a partir do olhar das juventudes negras, faveladas e periféricas

As relações entre juventudes, raça e trabalho, atravessadas pela pandemia da Covid-19, aparecem de forma direta em ações recentes realizadas pela FASE, no Rio de Janeiro. Entre 2020 e 2021, a FASE RJ desenvolveu, por meio da educação popular, duas ações direcionadas primordialmente para jovens negras/os, moradoras/es de favelas e periferias: o *Juventudes nas Cidades* e o *Se Liga no Território!*. As discussões realizadas durante as atividades dos projetos trazem elementos importantes para pensar sobre os desafios que se apresentam para as juventudes na contemporaneidade. As informações e dados que dão base para nossas reflexões são oriundos de relatórios, avaliações, publicações e outros materiais sistematizados e disponibilizados pela FASE RJ. Além disso, um dos autores do presente artigo integrou a equipe de coordenação e execução de todas as ações de ambos os projetos, e um outro autor teve uma participação pontual nas atividades do *Juventudes nas Cidades*, realizando a relatoria e sistematização de encontros e oficinas com os jovens.

O *Juventudes nas Cidades* foi realizado entre 2017 e 2021⁵ junto a jovens e coletivos juvenis em periferias urbanas das cidades de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, sob a coordenação da Oxfam Brasil⁶ em parceria com ONGs locais⁷. No Ano III, o objetivo foi contribuir para a inclusão econômica de jovens negros/as de periferias urbanas, através do fortalecimento de suas capacidades e defesa de seus direitos. Diferentemente dos anos anteriores (Anos I e II), que tiveram como foco o ativismo juvenil e a questão da raça, no Ano III o eixo principal das atividades do projeto girou especificamente em torno da defesa dos direitos das

5 As atividades foram organizadas pela FASE em Ano I (abril de 2017 a maio de 2018); Ano II (agosto de 2018 a maio de 2019); e Ano III (dezembro de 2019 a maio de 2021).

6 A Oxfam é uma rede global de organizações que, no Brasil, existe desde 2014 e tem sede em São Paulo. Configura-se como uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e independente, que busca a construção de um país mais justo e menos desigual.

7 Em São Paulo com a Ação Educativa e o Instituto Pólis; em Recife com a FASE Pernambuco; no Distrito Federal com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); e no Rio de Janeiro com a FASE RJ e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Contou ainda com a parceria da ONG Criola, na concepção do Projeto Político Pedagógico das ações.

juventudes à profissionalização, ao trabalho e à renda. Sendo atravessado pela pandemia de Covid-19, o projeto foi readequado metodologicamente para ser realizado de modo remoto, além de incluir nas pautas o debate sobre seus impactos na vida e futuro dos jovens. No Rio de Janeiro participaram 40 jovens⁸ da Região Metropolitana, mulheres e homens (cisgênero e transgênero), majoritariamente (75%) negras e negros, com o ensino médio completo ou em andamento (63%) e uma parcela considerável (34,5%) com o ensino superior completo. A quase totalidade do grupo não possuía trabalho formalizado, apresentando-se como desempregados ou realizando “bicos” – entre as atividades citadas estavam a de babá, recreadora, vendedor ambulante, oferta de aulas particulares, servente de obra, trancista, entre outras. Apesar da sua condição de trabalho, a maior parte do grupo de jovens contribui de forma significativa para a composição da renda familiar.

Foi com base nesse perfil e a partir da consideração dos próprios jovens sobre quais atividades poderiam ser realizadas no escopo do projeto que se desenhou um ciclo de debates e um conjunto de oficinas para oferecer conhecimentos específicos, práticos e teóricos, que coadunassem para o alcance de seus objetivos pessoais e profissionais. Assim, foram promovidas atividades sobre conjuntura, juventudes e mundo do trabalho; organização, gestão financeira e do tempo; planejamento pessoal e profissional; ações coletivas e incidência política, entre outros temas. As atividades, frequentemente, contaram com a participação de especialistas e/ou pessoas que compartilharam suas experiências.

Longe de uma perspectiva de inclusão econômica a “qualquer custo”, que pode reproduzir as lógicas marcadas pelo racismo e colonialismo, o projeto propôs a construção de novos caminhos e estratégias capazes de reduzir a exclusão social e a vulnerabilidade desses jovens. Não bastava promover processos de profissionalização, mas pensar em como as desigualdades e as distintas violências e violações de direitos a que esta população está sujeita marcam a relação educação, profissionalização, trabalho, renda e expectativas de futuro. O resultado buscado pelo projeto era que o conjunto de atividades de formação e orientação ampliasse as capacidades e redes dos jovens para identificar oportunidades e construir planos de inclusão econômica.

Nos grupos foi discutida a ideia de trabalho como atravessada por uma hierarquização nas quais pessoas negras e periféricas estão constantemente em posições subalternizadas – seja como “empregados” de alguém (com vínculos que raramente consideram as leis trabalhistas) ou pela propalada fábula do “empreendedorismo”. Este conceito, que frequentemente aparece como potência da criatividade popular e possibilidade de geração de renda, foi problematizado: ainda que possa ser um caminho, é fundamental questionar sua tendência de escamotear as desigualdades sociais, assim como a retirada de direitos e o sucateamento das relações de trabalho.

Na contramão da lógica do capital, o trabalho precisa ser cada vez mais assumido como um meio de realização das capacidades humanas e de promoção da cidadania. Para isso, o “coletivo”, a organização comunitária e a autogestão aparecem como princípios fundamentais. Da mesma forma, a ancestralidade e as estratégias históricas de resistência que marcam a vida de sujeitos negros, desde o sequestro promovido pelo colonialismo,

8 Os jovens que participaram do Ano II e seguiam dentro do perfil do projeto (entre 18 e 29 anos, vinculados a grupos, coletivos e movimentos juvenis) foram consultados sobre o interesse em continuar no Ano III. Desses, 23 aceitaram continuar. As outras 17 vagas foram ocupadas por novos representantes de grupos, coletivos e movimentos, convidados com base nas articulações da FASE RJ e do IBASE.

precisam estar como pano de fundo e horizonte dessa construção. O estudo, a capacitação, o aprimoramento permanente são pré-requisitos para a construção de qualquer possibilidade de inclusão econômica. As ações do projeto também potencializaram a incidência pública sobre as questões relativas às reconfigurações do mundo do trabalho e inserção econômica de jovens, dando visibilidade às dimensões de gênero e raça junto a candidatos aos cargos do executivo e do legislativo. Com esse intuito, o grupo de jovens elaborou um vídeo-manifesto visibilizando a pauta dos direitos das juventudes moradoras de favelas e periferias nos programas de candidatos aos cargos políticos e daqueles que já estavam eleitos, divulgado de forma intensiva nas redes sociais; bem como organizou uma roda de conversa com candidatos à vereança da cidade do Rio de Janeiro para discutir a conjuntura política e pensar estratégias de incidência política, assim como fortalecer canais de participação social para os jovens.

A outra atuação da FASE RJ junto a jovens foi o *Se Liga no Território!*, realizado em parceria com os movimentos Mães de Manguinhos⁹ e Fórum Social de Manguinhos¹⁰, e apoio da Fundação Rosa Luxemburgo¹¹ (FASE RJ, 2022). Seu principal objetivo foi produzir dados e informações primárias sobre condutas e rotinas violadoras de direitos adotadas cotidianamente pelas forças de segurança pública nas favelas. Assim, foram realizados processos de formação política, produção de metodologias participativas e pesquisa com jovens de favelas, buscando apresentar novas análises sobre temas relevantes na vida desses jovens e novas práticas de pesquisa em/para/com favelas. Por conta do cenário pandêmico, as ações também foram realizadas por meio remoto.

No *Se Liga no Território!* - Ano I, de 2020, as ações se concentraram no território do Complexo de Manguinhos, Zona Norte da capital fluminense, com a participação de sete jovens¹² da área, 3 mulheres e 4 homens (cisgênero), todos negros, com idade entre 18 e 27 anos, a maioria com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto (em andamento ou por abandono), sem experiência com ativismo social, projetos sociais ou formação política, e 2 que já haviam passado pelo sistema socioeducativo ou prisional. Em comum, todos os selecionados enfrentaram alguma situação de violência nas favelas de Manguinhos. Por meio de um processo de

9 Movimento de mães e familiares de vítimas de violência do Estado, criado a partir do assassinato de jovens pelas polícias do estado do Rio de Janeiro e que lutam pela memória de seus filhos e familiares, pelo combate ao genocídio da juventude negra brasileira e por outra concepção das políticas de segurança pública.

10 Coletivo criado em 2007, que reúne moradores e trabalhadores de Manguinhos, e tem como missão a defesa da cidadania ativa dos moradores de favelas, a luta pela garantia de seus direitos e a denúncia e combate às violações de direitos no território, principalmente aquelas cometidas pelos agentes do Estado.

11 Instituição alemã sem fins lucrativos vinculada ao partido Die Linke, de orientação à esquerda do espectro político, fundada em 1990.

12 Considerando os objetivos da proposta, as atividades previstas e a dimensão da segurança das informações, o perfil definido para os participantes era ser jovem (18 a 29 anos), negra e negro, morador do complexo de favelas de Manguinhos e com, no mínimo, o ensino fundamental completo. Em função do contexto da pandemia, era necessário que os integrantes selecionados para o projeto soubessem lidar com a internet e as ferramentas indicadas. Os jovens inscritos participaram de um processo seletivo composto por produção textual e entrevista com o coletivo de gestão do projeto.

formação¹³ e posterior aplicação da metodologia de pesquisa construída coletivamente¹⁴, esse grupo, sob a supervisão de três mulheres integrantes dos movimentos parceiros, refletiu e buscou informações sobre as formas recorrentes de violência cometidas pelos agentes armados do Estado nas favelas e os impactos sobre a vida dos jovens, alvos principais da violência letal.

Já no *Se Liga no Território!* - Ano II, de 2021, foi possível expandir o escopo tanto territorial, quanto do ponto de vista de sua proposta, com o sentido de aplicar e aprimorar a metodologia construída e conectar jovens de distintas favelas e de diferentes experiências de militância e engajamento. Assim, participaram sete jovens¹⁵, entre 18 e 28 anos, dos complexos de Manguinhos, Maré e Acari, na Zona Norte, e da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, na Zona Sul carioca, quatro mulheres e 3 homens, todos cisgêneros e negros, com o ensino médio completo e alguma experiência de militância. Também após um processo formativo¹⁶, o grupo definiu como metodologia a aplicação de formulários semiestruturados¹⁷ com jovens entre 18 e 29 anos, focando nas desigualdades socioeconômicas durante a pandemia e as violações de direitos provocadas por forças policiais, e a realização de 3 grupos focais, 2 deles com jovens moradores e outro com profissionais da saúde e educação que atuam nas áreas, com a objetivo de capturar a percepção sobre os efeitos das recorrentes abordagens, diferenças das abordagens por identidade de gênero e raça/cor e os efeitos sobre a educação e a saúde física e mental dos moradores de favelas.

Apesar de considerar as violências e violações de direitos promovidas pelas forças de segurança pública do Estado como foco das atividades do projeto, muitos dos debates tiveram como tema os impactos da Covid-19 no cotidiano das juventudes negras moradoras de favelas e periferias. As condições de vida já precarizadas pela falta de políticas públicas e a rotina de violências vivida pelas favelas passaram a enfrentar a intensificação de antigas questões, como o aumento do desemprego, o retorno da insegurança alimentar e o aprofundamento da violência policial.

13 Foram trabalhados os seguintes temas: produção das cidades, militarização do urbano, formação das favelas, racismo, gênero, atuação policial, instituições de garantia de direitos. Além de conteúdos sobre metodologias de pesquisa, ferramentas de comunicação e cuidados digitais.

14 Toda a metodologia do projeto foi construída de forma compartilhada, levando em consideração as experiências de ativismo, interesse e vivências de cada participante, de acordo com as bases da pesquisa-ação (TRIPP, 2005) e pesquisa militante (BRINGEL; VARELLA, 2016), assim como todo o referencial sobre educação popular acumulado ao longo de 60 anos pela FASE. Assim, foram definidas 4 ações básicas para a atividade de pesquisa: 1) monitoramento de redes sociais e sites de notícias sobre as ocorrências de casos de violência policial e outras violências no território de Manguinhos e seu entorno; 2) identificação de interlocutores privilegiados que pudessem fornecer informações precisas sobre os casos de violência em Manguinhos; 3) participação em atividades que dialogavam com a pesquisa, a fim de permitir aproximação dos jovens pesquisadores com temas relacionados ao projeto, como lives, debates e participação supervisionada em reuniões e atividades de movimentos sociais; e 4) diário de campo sistematizando as pesquisas realizadas.

15 A proposta para o Ano II foi manter alguns jovens já vinculados ao projeto e, ao mesmo tempo, convidar outras e outros jovens que participaram de ações executadas pela FASE RJ anteriormente. Para isso, foram acionados lideranças e ativistas de Direitos Humanos nos territórios para que indicassem jovens (18 a 29 anos), negras e negros, moradores das 4 áreas do projeto e com, no mínimo, o ensino médio completo. Os jovens inscritos participaram de um processo seletivo. Assim, foram selecionados 3 jovens pertencentes ao complexo de Manguinhos (sendo 2 participantes do Ano I e 1 nova integrante), 1 do complexo da Maré, 1 de Acari e 1 da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana.

16 A formação foi oferecida por meio do Curso de Extensão *Se Liga no Território: juventudes, Covid-19 e Direitos Humanos nas favelas do Rio de Janeiro*, promovido em parceria com o Cidades – Núcleo de Pesquisa Urbana (ICS/UERJ).

17 Foram aplicados 65 questionários.

Os jovens negros, favelados e periféricos, mais uma vez, foram os que mais sofreram com as consequências desse período, atingidos de distintas formas no imediato e em um futuro impossível de ser projetado adequadamente.

Com o aumento do desemprego, a redução da renda e do poder de consumo, o encarecimento do custo de vida generalizado provocado pela crise político-econômica e potencializado pela crise sanitária, junto com a falta de políticas públicas sociais, manter uma família se tornou uma luta cotidiana. Nessa batalha pela sobrevivência, os jovens assumem papel importante: os questionários aplicados pelos jovens-pesquisadores nos territórios revelaram que eles são responsáveis pelo sustento de suas famílias (36% das famílias têm um jovem como responsável principal por este sustento), além da confirmação de uma centralidade das mulheres na formação da renda familiar (quase 50% das famílias dependem exclusivamente dos recursos auferidos por mulheres).

Em um contexto mundial no qual 1 a cada 6 jovens perdeu seu emprego após o início da pandemia e aqueles que conseguiram manter seus vínculos tiveram alguma redução de renda e, conseqüentemente, de consumo nesse período (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020), a informalidade muitas vezes é o que resta para conseguir algum ganho, especialmente entre jovens negros, empurrados para o trabalho como entregadores e motoristas de aplicativos.

Também por conta das múltiplas crises em curso, cerca de 18% dos jovens entrevistados pelos jovens-pesquisadores nos territórios precisaram mudar de profissão ou ocupação durante o período da pandemia e outros 20% precisaram complementar a renda principal adicionando mais um trabalho ou ocupação no dia a dia. Em ambos os casos, a informalidade também foi o destino desses jovens: seja como vendedores informais de serviços e produtos, na maior parte das vezes realizados no interior das próprias favelas, como entregadores de aplicativos, ou com a oferta de serviço de lava-jato. Na viração do cotidiano, marcado pela precariedade, o “empreendedorismo intuitivo” aparece como resultado da luta pelo sustento e pela sobrevivência, distantes dos processos de planejamento e formalização.

Outros elementos que marcaram as atividades dos projetos trazem considerações para pensar a dinâmica entre juventudes, raça e trabalho na pandemia. Diante das necessárias medidas de distanciamento social assumidas como forma de contenção da infecção pelo SARS-CoV-2, foi necessária uma readaptação completa dos planejamentos e atividades para garantir a realização das ações. Para além dos desafios metodológicos que a dinâmica virtual trouxe para a equipe executora, a limitação de acesso à internet de qualidade e de forma continuada, assim como a indisponibilidade de dispositivos tecnológicos e espaço minimamente adequado para participar das atividades atravessaram, constantemente, o cotidiano dos projetos. Como forma de minimizar esses obstáculos, pacotes de dados de internet foram oferecidos para os participantes. Ao mesmo tempo, os impactos da Covid-19 e a inação do Governo Federal no trato da pandemia aprofundaram as desigualdades, aumentando o desemprego e reduzindo a renda média, ao mesmo tempo que aumentou a carestia da vida. Tudo isso transformou a vida da população favelada e periférica em uma luta diária para garantir condições mínimas de sobrevivência. Considerando o perfil dos jovens que integraram os projetos, foi preciso remanejar grande parte dos seus recursos para permitir a oferta de um apoio via cartão-alimentação aos jovens participantes. Para os jovens, esses apoios foram essenciais para enfrentar uma parte do período da pandemia, visto que as possibilidades da viração cotidiana para dar conta das urgências da vida estavam mais restritas. Questões ligadas à saúde mental das juventudes nesse contexto de profunda crise social e econômica, sentida de forma mais intensa entre as populações mais empobrecidas e vulneráveis, também apareceram como demanda em diversos momentos dos projetos, requerendo encaminhamentos distintos, desde a realização de oficinas sobre cuidados de si, até encaminhamentos e articulação de atendimento psicossocial nas redes pública e/ou alternativas de apoio.

Apesar dos inúmeros desafios que se apresentaram ao longo do período de realização dos projetos, alguns resultados esperados das ações foram alcançados. Considerando que ambas as atividades buscavam a ativação e fortalecimento dos grupos/coletivos e de suas lutas nos respectivos territórios, os projetos promoveram dinâmicas que potencializaram o ativismo já existente, assim como fomentaram o ingresso de jovens em novas redes capazes de articular as pautas e questões mais locais a um campo maior de reflexão e incidência. Os grupos de comunicação dos integrantes dos projetos seguem em plena atividade, funcionando como um importante meio de divulgação de informações e oportunidades de formação política, de articulação de lutas e pautas, de eventos ligados ao campo progressista, de vagas de empregos, cursos e políticas públicas destinadas às juventudes. A participação de jovens de distintos grupos/coletivos com atuação em diversas áreas promoveu uma troca significativa entre eles; também permitiu a inclusão e uma maior visibilidade das discussões realizadas durante o projeto no interior dos próprios coletivos. Da mesma forma, os temas e a participação nas atividades serviram como um incentivo para a continuação dos estudos e o processo de capacitação profissional: jovens integrantes retornaram à escola, entraram em cursos e ingressaram na universidade. Por último, cabe ressaltar um elemento indicado pelos próprios jovens, que é a ampliação das ferramentas capazes de construir uma perspectiva mais ampla sobre a realidade e de um olhar ainda mais crítico para as questões debatidas.

Ainda que limitados, esses resultados se colocam na contramão do processo de descarte de vidas das juventudes negras, faveladas e periféricas, fortalecendo o seu protagonismo e atuação, reafirmando a sua importância enquanto atores políticos importantes na cobrança por direitos, oportunidades e na construção de alternativas e mundos possíveis.

Considerações finais

A compreensão e as expectativas sobre o mundo do trabalho das juventudes negras são permanentemente perpassadas por problemáticas advindas de uma estrutura racializada e das implicações que as lógicas neoliberais impõem a essa população. Deste modo, é fundamental a construção de caminhos que interroguem práticas, instituições e até mesmo políticas públicas que muitas vezes reproduzem os lugares ou as lógicas de dominação – negando modos múltiplos de existência e resistência ao mundo racializado e impondo soluções neoliberais.

Há a necessidade de se interrogar o Estado enquanto instituição racista e que promove suas ações com base nesse padrão. Ao questioná-lo, aposta-se na defesa de políticas públicas que atendam às necessidades das urgências que se materializam nas vulnerabilidades do hoje. Do mesmo modo, empenham-se na tecitura de políticas e ações que valorizem as resistências, possibilitando a construção de mundos outros, onde a perversão das lógicas neoliberais não seja apresentada como solução a problemas causados por ela ou pela estrutura racista de sociedade.

Em um cenário político-econômico drástico, com reformas trabalhistas e previdenciária que sucatearam e precarizaram ao extremo as relações de trabalho, não há garantias de um futuro com seguridade social e condições de acesso e estabilidade nos mundos do trabalho, sobretudo para a juventude não branca. Com base no conjunto aqui apresentado, é visível que este panorama ganhou novos contornos com a crise pandêmica, evidenciando assimetrias estruturais e a intensificação das taxas de desemprego, informalidade e precarização. Desta forma, se o fundamento racial inaugurou novas formas de subjetividade, a pandemia escancara o mundo que o racismo construiu – um modelo de sociedade que mais do que excludente se beneficia da exclusão ou tem a exclusão como fundamento.

Estima-se, por fim, que as articulações aqui empreendidas encontrem eco em outras pesquisas de diferentes campos do conhecimento e possam se articular com dimensões sociais mais amplas, como movimentos sociais e coletivos de jovens e trabalhadores em prol da garantia de seus direitos. Diante de um cenário de intensificação da precarização, de ofensivas antidemocráticas e fundamentalistas, de inúmeros ataques, retrocessos, perdas de direitos e destruição da legislação protetora do trabalho, o presente artigo soma-se aos esforços e movimentos de luta pela afirmação de formas de vida e trabalho ético, politicamente qualificados. No limite, essa movimentação conjunta permite a invenção de novos mundos e a defesa da vida digna como valores absolutos e inegociáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 579-597, 2020a.

_____. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 39, p. 579-597, 2020b.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado (Pandemia Capital)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BROWN, W. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

_____. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista Olho da História**, n. 22, 2016a. Disponível em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2020.

_____. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016b.

_____. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DRUCK, M. G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 55-73.

_____. A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. **O Social em questão**, v. 49, p. 11-34, 2021. Disponível em: <http://www.ser.puc-rio.br/3_DRUCK.PDF>. Acesso em: 4 jul. 2022.

FASE RJ. **Se liga no território: experiência de formação e pesquisa com jovens moradores de favelas – Complexo de Manguinhos, Complexo da Maré, Acari e Ladeira dos Tabajaras**. Rio de Janeiro: FASE, 2022.

GUIMARÃES JUNIOR, S. D.; GONÇALVES, L. R.; CARDOSO, A. J. S. Do sujeito à sujeição: Apontamentos reflexivos à psicologia organizacional e do trabalho em contexto de pandemia pela Covid-19. **R. Laborativa**, v. 10, n. 1, p. 40- 67, 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

- IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210512_bmt_71_nota_tecnica_a3.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **ISP dados abertos: série histórica**. Rio de Janeiro: ISP, 2021. Disponível em: <<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/index.html>>. Acesso em: 9 jul. 2022.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- LACERDA NETO, M. de S. et al. Racismo, trabalho e psicologia: provocações ético-políticas à luz da pandemia pela COVID-19. **Psicologia para América Latina**, n. 35, p. 105-112, jun. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2021000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios: revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- MILLS, C. W. **The racial contract**. New York: Cornell University Press, 1997.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work**. Fourth edition. Updated estimates and analysis. 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--dcomm/documents/briefingnote/wcms_745963.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- PRADO, A. C.; SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/cadbto/a/sGP7bMpgPxZsqddxS8PTNxK/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- QUIJANO, A. **Modernidad, identidad y utopia en america latina**. Lima: Sociedad y Política, Ediciones, 1988.
- _____. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SANTOS, E. F.; DIOGO, M. F.; SHUCMAN, L. V. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/112330>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. especial, p. 26-37, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 jul. 2022.
- SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/ep/a/3DkbXnqBQyq5bV4TCLgNSH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/rbso/a/CpWfR8RYCdd9skYTLxJjd5p/?lang=pt>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

RESUMO Neste artigo, busca-se refletir acerca do entrelaçamento entre juventudes negras e o campo do trabalho, tendo por base perspectivas críticas que interrogam os efeitos da colonialidade e a conjuntura neoliberal e, a partir das experiências de atuação protagonizadas por jovens negras e negros, moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro, Brasil. Serão utilizados como ilustração os projetos *Juventudes nas Cidades* e *Se Liga no Território!* executados pela Organização Não Governamental (ONG) Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) nos anos de 2020 e 2021. Toma-se os efeitos da crise pandêmica como pano de fundo para se pensar, à luz da literatura, as expectativas e perspectivas das juventudes negras sobre o trabalho na atualidade. De tal modo, propõe-se o fomento de debates e políticas públicas que articulem os mundos do trabalho, as juventudes negras brasileiras e a luta antirracista.

Palavras-chave: juventudes, trabalho, racismo, neoliberalismo.

**Quando una idea se apodera del mundo:
reflexiones sobre juventud, raza y trabajo en el Brasil pandémico**

RESUMEN Buscamos reflexionar sobre el entrelazamiento entre la juventud negra y el campo del trabajo desde perspectivas críticas que cuestionan los efectos de la colonialidad y la coyuntura neoliberal, a partir de las experiencias de acción protagonizadas por jóvenes negros y negras que viven en las favelas y periferias de Rio de Janeiro, Brasil. Los proyectos *Juventudes nas Cidades* y *Se Liga no Território!* ejecutados por la organización no gubernamental Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) en los años 2020 y 2021 servirán de ilustración. Tomamos como telón de fondo los efectos de la crisis pandémica para pensar, a la luz de la literatura, las expectativas y perspectivas de los jóvenes negros sobre el trabajo en la actualidad. Así, se propone la promoción de debates y políticas públicas que vinculen los mundos del trabajo, la juventud negra brasileña y la lucha antirracista.

Palabras clave: juventude, trabajo, racismo, neoliberalismo.

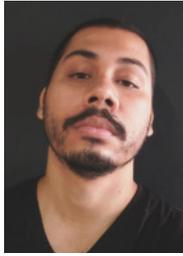
**When an idea takes over the world:
reflections on youth, race and work in pandemic Brazil**

ABSTRACT We seek to reflect on the intertwining between black youth and the field of labor from critical perspectives that question the effects of coloniality and the neoliberal conjuncture, based on the experiences and actions led by young black men and women who live in the slums and outskirts of Rio de Janeiro, Brazil. The projects *Juventudes nas Cidades* and *Se Liga no Território!*, executed by the non-governmental organization Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) in the years 2020 and 2021, will be used as illustration. We take the effects of the pandemic crisis as a backdrop for thinking, in light of the literature, about the expectations and perspectives of black youth on work today. Thus, we propose the promotion of debates and public policies that link the worlds of work, Brazilian black youth and the antiracist struggle.

Keywords: youth, work, racism, neoliberalism.

DATA DE RECEBIMENTO: 17/07/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 20/12/2022

**Miguel de Sousa Lacerda Neto**

Psicólogo e Psicanalista. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Doutorando pela mesma instituição com experiência nas áreas da psicanálise e da psicologia social com ênfase nas relações entre racismo, afirmação e garantias de direitos, clínica e processos de subjetivação.

E-mail: mlacerda.psi@gmail.com

**Sergio Dias Guimarães Junior**

Psicólogo, Especialista em Saúde do/a Trabalhador/a pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)/Fiocruz, Brasil. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, e em Recursos Humanos pela Sorbonne Université, Paris 2. Doutorando em Psicologia Social pela UFRJ em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Professor do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA), Brasil.

E-mail: sergiodiasguima@gmail.com

**Bruno Alves de França**

Assistente Social, Educador Popular da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Brasil. Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ.

E-mail: bruno.seso@gmail.com